



Ministério da Saúde
Ministério da Educação
Ministério da Cidadania
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DO COMITÊ GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE
PREVENÇÃO DA AUTOMUTILAÇÃO E DO SUICÍDIO (CGPNPAS)**

2022

BRASÍLIA

2022

1. INTRODUÇÃO

O Decreto 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, que “Institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, regulamenta a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e estabelece normas relativas à notificação compulsória de violência autoprovocada”, determina, em seu Art 8º, a elaboração do relatório anual de atividades, que deve ser compartilhado com os órgãos participantes do CGPNPAS e com a sociedade.

Este Comitê Gestor foi criado em resposta à Lei 13.819, de 26 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (PNPAS), consistindo em órgão de assessoramento de caráter consultivo, destinado à implementação dessa política. Compete a este comitê, nos termos do Decreto 10.225/2020:

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio:

I - articular, planejar e propor estratégias de implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio com fundamento na cooperação e na colaboração entre órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal e organizações da sociedade civil;

II - monitorar a implementação e a execução da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio;

III - propor ações de prevenção sobre a situação epidemiológica da automutilação e do suicídio;

IV - contribuir para o aprimoramento da informação e do conhecimento do fenômeno da automutilação, da tentativa e do suicídio consumado, incluídos as suas causas, os determinantes sociais e os fatores de risco associados; e

V - propor e disseminar, de forma integrada, campanhas de comunicação social para prevenção da automutilação e do suicídio em suas diferentes dimensões; e

VI - elaborar o seu regimento interno.

Este relatório contempla a descrição das atividades realizadas pelo CGPNPAS no ano de 2022, para a implementação da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

2. COMPOSIÇÃO

O comitê é composto por representantes de quatro ministérios: Ministério da Saúde (coordenador do comitê), Ministério da Educação, Ministério da Cidadania, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

a. Ministério da Saúde

- Titular: Patrícia Pereira Vasconcelos de Oliveira
Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (CGPNPAS); Coordenadora-Geral de Vigilância das Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT/DAENT/SVS/MS).

- Suplente: Rafael Ribeiro Bernardon
Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGMAD/DECIVI/SAPS/MS)

b. Ministério da Educação

- Titular: Alexandre Anselmo Guilherme
Coordenadora-Geral de Formação de Professores da Educação Básica (CGFORP/DIFOR/SEB/MEC)

- Suplente: José Roberto Ribeiro Júnior
Coordenador-Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica (CGFORG/DIFOR/SEB/MEC)

c. Ministério da Cidadania

- Titular: Quirino Cordeiro Junior
Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred/MC)

- Suplente: Paula Maria Araújo dos Santos
Coordenadora de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos (CGSEFI/DPSE/SNAS/MC)

d. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- Titular: Daniel Celestino de Freitas Pereira
Diretor do Departamento de Desafios Sociais no Âmbito Familiar

- Suplente (ainda não nomeada): Fernanda Ramos Monteiro
Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

3. OBJETIVO

O presente relatório tem como objetivo atender ao disposto no Art. 8º do Decreto 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, descrevendo as atividades desenvolvidas pelo CGPNPAS ao longo do ano de 2022.

4. ATIVIDADES REALIZADAS

4.1. Plano de ação

Conforme define o Decreto 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, em seu artigo 8º:

Art. 8º O Comitê Gestor de Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio elaborará relatório anual de atividades, que será compartilhado com os órgãos e as entidades participantes do Comitê Gestor e com a sociedade.

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, deverá ser elaborado plano de ação com as atividades propostas pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio.

O Plano de Ação foi aprovado por este Comitê por meio da Resolução CGPNPAS nº 01, de 14 de julho de 2021 (Anexo I).

4.2. Reuniões

Em 10 de janeiro de 2022, aconteceu a primeira reunião do ano, tendo como pauta as sugestões de acréscimos e de eventuais revisões das atividades então discriminadas no Plano de Ação em vigor (Resolução CGPNPAS Nº 01/2021, de 14 de julho de 2021).

Nessa reunião estiveram presentes:

- Mayra Isabel Correia Pinheiro, Secretária da SGTES/MS e Coordenadora do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (CGPNPAS);
- Rafael Bernardon, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, da DAPES/SAPS/MS, e representante suplente pelo MS junto ao CGPNPAS;
- Daniel Celestino de Freitas Pereira, Diretor do Departamento de Desafios Sociais no Âmbito Familiar/MMFDH, e representante titular pelo MMFDH junto ao CGPNPAS;
- Paula Maria Araújo dos Santos, da Coordenação de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos, do Ministério da Cidadania (MC), convidada;
- Victor Almeida, Assessor Técnico da SGTES/MS, convidado.

No dia 11 de outubro de 2022, de forma online, a reunião abordou as seguintes pautas aprovar calendário de reuniões para 2023 (datas definidas: 11/01/23, 12/04/23, 12/07/23, 11/10/23); o monitoramento e atualização das atividades do Plano de Ação; a inclusão de ações de vigilância das violências autoprovocadas no Plano de Ação da PNPAS em convergência com o Plano de DANT - CGDANT; a elaboração do Relatório anual de cumprimento do plano de ação pelos respectivos ministérios; e atualização da página do CGPNPAS no site do Ministério da Saúde.

Participantes presentes:

- Rafael Ribeiro Bernardon, Coordenador-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGMAD/DECIVI/SAPS/MS) e Coordenador Suplente do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio (CGPNPAS);
- Quirino Cordeiro Júnior, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred/MC), representante titular pelo Ministério da Cidadania junto ao CGPNPAS;
- Paula Maria Araújo dos Santos, Coordenadora de Serviços Especializados a Famílias e Indivíduos (CGSEFI/DPSE/SNAS/MC), representante suplente pelo Ministério da Cidadania junto ao CGPNPAS;
- José Roberto Robeiro Júnior, Coordenador-Geral de Formação de Gestores e Técnicos da Educação Básica (CGFORG/DIFOR/SEB/MEC), representante suplente pelo Ministério da Educação junto ao CGPNPAS;
- Paola Lopes Evangelista, Secretária de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul (SED-MS), como convidada;
- Vivian Ka, Secretária Executiva da UNDIME/RN, como convidada;
- Leandra Lofego Rodrigues, Analista de Políticas Públicas na Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT/DAENT/SVS/MS), como convidada;
- Rafael Bello Corassa, Consultor Técnico para a Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (CGDANT/DAENT/SVS/MS), como convidado.

4.3. Ministério da Saúde

Foi iniciado processo de contratação do serviço 196, com previsão de início das atividades para 2023.

Foi publicada a Portaria GM/MS 1836 que visaria instituir, em caráter excepcional e temporário, incentivos financeiros federais de custeio e de investimento para a ampliação do acesso aos cuidados à ansiedade e depressão (transtornos do humor) pelo público infantojuvenil para enfrentamento dos impactos advindos da pandemia de covid-19. No entanto, a referida portaria precisou ser revogada e se encontra em análise para possível nova publicação entre 2022 e 2023.

Foi proposta publicação de portaria de violência que deverá instituir, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal de custeio para a ampliação do acesso aos cuidados em saúde mental às mulheres, especialmente às vítimas de violência.

Encontra-se em fase de implementação o teleterapia e telepsiquiatria, com previsão de entrega entre dezembro de 2022 e primeiro semestre de 2023.

Foi criada a tipologia de serviço CAPS-IV, que permite a internação para estabilização de casos agudos no território. Este serviço se encontra em fase de adequação e expansão da proposta.

4.4. Ministério da Educação

Curso de Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar O curso de Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar está inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec) desde o dia 07 de abril de 2021, sendo ofertado gratuitamente e de forma 100% online, com carga horária de 180h.

A formação articula teoria e prática e está subdividida em Unidades que contêm atividades de fixação ao longo do percurso. Está organizada em três módulos com as seguintes temáticas: 1 -Bem-estar e comunidade escolar: estudantes, professores, gestores e famílias; 2- Saúde mental e saúde emocional; e 3 - Educação e bem-estar na pandemia da Covid-19.

Trata-se de uma formação elaborada principalmente para professores e gestores da Educação Básica e tem como intuito trazer formas eficazes para que esses profissionais se aperfeiçoem no desempenho de seus trabalhos, especialmente no contexto de ensino híbrido. O tema central a ser estudado ao longo dos módulos é o da saúde mental de toda a comunidade escolar, focalizando em estratégias para lidar da melhor forma possível, principalmente, com crianças e adolescentes.

A formação mostra-se de grande relevância, pois foi elaborada diante do contexto da pandemia da Covid-19, em que muitos profissionais se sentem inseguros e ansiosos. Ela propõe meios e estratégias a serem desenvolvidos com os alunos de forma híbrida e incentiva os profissionais da educação para que aprendam a lidar da melhor maneira com os estudantes, especialmente no cenário atual. Para inscrever-se, basta acessar o endereço da formação na plataforma Avamec < <https://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/seb/curso/14130/informacoes>>.

4.5. Ministério da Cidadania

Conforme dados científicos, a dependência química é a segunda causa de morte por suicídio no Brasil. Sendo assim é imperioso o investimento em ações de prevenção no que se referem à automutilação e ao suicídio.

A dependência química é uma doença multifatorial e que não está restrita a qualquer grupo social, racial ou etário. As pessoas acometidas por esta doença têm garantido por lei o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, consentâneo as suas necessidades, o que implica em ter disponível uma rede de atenção ampla, capaz de suprir as necessidades particulares de cada indivíduo, oferecendo-lhe o tratamento adequado, conforme previsto na Lei 10.216 de 6 de abril de 2001.

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas da United Nations Office for Drugs and Crime – UNODC (2021), as consequências adversas para a saúde decorrentes do uso de drogas, inclusive o suicídio, são mais severas e generalizadas do que se apresentava anteriormente. Globalmente, em torno de 36 milhões de pessoas sofrem de transtornos decorrentes do uso de drogas e necessitam de tratamento.

No ano de 2022, a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, SENAPRED, do Ministério da Cidadania, disponibilizou 352 vagas de acolhimento para adolescentes acometidos pela dependência química, para os quais a partir de 2020 o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad) aprovou a regulamentação do acolhimento desses jovens com idade entre 12 e 18 anos incompletos, em comunidades terapêuticas, por meio da Resolução nº 03, de 24 de julho de 2020, a qual iniciou a sua vigência em 2021.

Na esfera da prevenção, em parceria com outros órgãos, a SENAPRED, em 2022, deu continuidade e desenvolveu diversas campanhas com órgãos nacionais e organismos internacionais, dentre os quais destacamos: prevenção no trânsito com o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN e a Secretaria Nacional de Transportes Terrestres – SNTT; prevenção ao suicídio em parceria com Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; projeto implementado pelo Ministério da Cidadania, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH e a Entidade CRUZ AZUL para colocar em execução a campanha nacional titularizada por “Refeições em Família”; parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC para desenvolvimento e implantação do Sistema Nacional de Prevenção, que visa o desenvolvimento de estruturas para produção de evidências e investigação científica na área, formação e desenvolvimento de ações e programas junto aos estados membros.

Em 2022 as ações de Prevenção ao uso de Drogas, capitaneadas por esta Secretaria, alcançaram adultos, mas sobretudo jovens, por meio dos projetos:

PROFESP – Atividades Esportivas realizadas no contraturno escolar.

Ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo, oportunizam também a prevenção do uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas, com vistas à melhoria da qualidade de vida, combatendo indiretamente as drogas ilícitas vinculadas ao crime organizado. Com isto, busca-se “promover e incentivar as ações de desenvolvimento sustentável de forma a diminuir o peso da vulnerabilidade econômica e social como fator de risco para o envolvimento no narcotráfico”, bem como reduzir a atração psíquica na formação intelectual de jovens e adolescentes.

O PROFESP atende prioritariamente crianças e adolescentes residentes em bairros carentes, visando diminuir a situação de exclusão e a exposição à situação de risco social, de forma direta e indireta. O Programa busca, também, estimular o gosto pelo esporte, auxiliando no processo de educação, saúde, conhecimento pessoal e social, além de procurar desenvolver as habilidades motoras, aliadas ao equilíbrio emocional, civismo, disciplina, dedicação, ética e educação alimentar e nutricional. Neste contexto, o esporte figura como uma importante ferramenta na prevenção ao uso de drogas.

O PROERD – PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS

Parceria com Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros - CNEG-PM/CBM.

Integração de esforços entre os partícipes para ações de prevenção ao uso de drogas, integrando capacidades técnicas visando à ampliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas — PROERD para os estados brasileiros e para a difusão e implementação da nova Política Nacional sobre Drogas, em conformidade com o Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, contribuindo, assim, para consolidação do programa e da política em nível nacional.

CURSO PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – CURSO INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS E COMUNIDADES

Workshop Internacional de como lidar com problemas de Drogas num ambiente Escolar e nas Comunidades. O Governo Federal em parceria com o Issup Brasil e o Freemind por meio do Acordo de Cooperação 29/2022 oferecem esse Curso de Prevenção às drogas nas Escolas e Comunidades com o objetivo em capacitar profissionais e voluntários na prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas em ambiente escolar e comunitário.

O curso foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento UTRIP, premiado mundialmente pelos seus feitos em prevenção. Todo material do curso foi desenvolvido baseado em evidências científicas e traz um conteúdo de fácil entendimento, pois transforma a linguagem científica em termos técnicos, facilitando, assim, o aprendizado e a visão prática no dia a dia. O objetivo do curso é ajudar os participantes a desenvolverem atividades e intervenções práticas, que possam prevenir o uso nocivo de drogas lícitas e ilícitas nas escolas e comunidades, baseado em evidências científicas e na realidade da sua região.

Ressalta-se, portanto, que o Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, SENAPRED, no ano 2022, deu ênfase às ações de prevenção ao uso de Álcool e outras drogas, alcançando também as ações de prevenção quanto à automutilação e ao suicídio, tendo em vista ter implementado essas ações com a união de esforços entre distintos partícipes, principalmente, ao firmar Acordo de contribuição com a organização das Nações Unidas - ONU, por meio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC e o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/15/009, com o objeto de desenhar ações e estratégias para implementação do Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e Outras Drogas, e para elaboração e execução de curso sobre Prevenção ao Uso de Drogas nas Escolas, com foco na atividade 2.15 do Projeto BRA/15/009 "Aprimoramento da Gestão Nacional de Políticas sobre Drogas e Desenvolvimento Humano" (SEI 13207875) — Processo 71000.000873/2022-84.

4.6. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Foram formalizados 03 Acordos de Cooperação Técnica (Marília, São João da Boa Vista e Itupeva); 2 Termos de Fomento e 1.292 certificados do curso "Acolha a vida: A promoção da saúde pela família: desenvolvimento de habilidades individuais e

coletivas!" em 655 municípios. Nesse ano, havia a expectativa de que a parceria realizada com o TED com Universidade Federal Rural do Amazonas (UFRA) oferecesse uma metodologia para uso em novas parcerias, no entanto, a UFRA não conseguiu efetivar o plano de ação pactuado, solicitando prorrogação do prazo de execução para o ano de 2023.

Em julho de 2021, especialmente após visita ao arquipélago do Marajó, por ocasião do Programa Abrace o Marajó, percebeu-se a necessidade de uma reestruturação do Projeto-piloto Acolha a Vida, que deveria ampliar sua atuação, deixando de ser apenas Campanha para o "Setembro Amarelo", passando a oferecer um modelo de capacitação útil para a prevenção seletiva do suicídio que pode ser aplicado nos níveis mais simples dos sistemas sanitário e de assistência social públicos. Assim, por meio do TED/UFRA firmou-se parceria para elaboração de conteúdo para implantação de Rodas de Escuta. Por dificuldades no andamento da ação por parte da UFRA, não foi possível dar início ao projeto em 2022 havendo solicitação de prorrogação da vigência do TED para 2023. Em 2022, a UNIFESP está sendo contratada para criar um Curso EaD com a metodologia de aplicação das Rodas de Escuta. Sugere-se, portanto, que especial atenção seja dada a essa ação, uma vez que beneficiará não somente o pactuado no TED/UFRA, mas diversos outros municípios brasileiros na formação de uma rede de apoio que em muito auxiliará inúmeras famílias.

"Você importa. Escolha a vida!". Com esse mote, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) iniciou, em setembro deste ano, a divulgação de ações nas redes sociais do órgão em referência ao Setembro Amarelo - mês de conscientização sobre o suicídio, a ser marcado pelo dia 10 de setembro, data marcada pelo Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. A campanha nacional do Setembro Amarelo promovida pelo Governo Federal e aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social do Ministério das Comunicações, a iniciativa trouxe a publicação de peças digitais em vídeos, cards, banners, infográficos e matérias especiais com o intuito de orientar, sensibilizar e alertar a população sobre a temática. Neste ano, o conteúdo produzido ficou disponível em um portal exclusivo da campanha que pode ser acessado a partir da página gov.br/acolha. No espaço virtual, as pessoas encontrarão informações sobre onde buscar ajuda para prevenir o suicídio, além de conhecer frases de alerta e identificar sinais mais comuns em pessoas que podem estar enfrentando questões emocionais e psicológicas. No portal, também é possível encontrar as peças de comunicação para download e compartilhamento nas redes sociais. [Setembro Amarelo — Português \(Brasil\)](http://www.gov.br) (www.gov.br).

Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente (SNDCA) realizou encontro com seus colaboradores, na manhã do dia 29 de setembro de 2022, para trazer um momento de reflexão sobre o tema. Desinteresse de modo geral, relatos pessimistas, desmotivação, queixas contínuas de sintomas como desconforto, angústia, falta de prazer ou de sentido de vida são sinais típicos e recorrentes entre pessoas que estão passando por sofrimento emocional e com pensamentos suicidas. As informações foram

trazidas por Alinne Duarte, neuropsicóloga e coordenadora-geral de Fortalecimento de Garantia de Direitos da SNDCA.

No mês de conscientização sobre a prevenção ao suicídio, evidenciado pela Campanha Setembro Amarelo, membros da Secretaria Nacional da Família (SNF) posaram para uma fotografia durante uma reunião. Em um ato simbólico, os colaboradores fizeram o registro vestidos com as cores do “sol” em apoio ao movimento de preservação da vida.

ANEXO I

RESOLUÇÃO CGPNPAS Nº 01-2021, de 14 de julho de 2021

Aprova o Plano de Ação do CGPNPAS

O Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio – CGPNPAS, no exercício das atribuições que lhe conferem o artigo 8º do Decreto Federal nº 10.225, de 5 de fevereiro de 2020, o artigo 9º do seu Regimento Interno – Resolução CGPNPAS nº 01-2020, e nos termos da Ata CGPNPAS nº 02-2021, de 14 de julho de 2021, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação do CGPNPAS, disposto no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na presente data.



Mayra Isabel Correia Pinheiro
Coordenadora do CGPNPAS
Portaria GM/MS nº 2.403/2020

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	MINISTÉRIO DA SAÚDE - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
2	Ação	Objetivo	Público Alvo/Beneficiário	Abrangência	Parceiros	Orçamento envolvido	Prazo de entrega	Observações
3	Criação do serviço telefônico – linha 196	Oferecer acolhimento e suporte para pessoas com crises emocionais e/ou risco de suicídio. Proceder o encaminhamento para atendimento e monitorização.	População em geral	Nacional	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); Ouvidoria-geral SUS; Secretaria de Atenção Primária (SAPS)	A mensurar	jul/21	Foram realizadas reuniões com equipes dos departamentos de saúde de quatro países com experiência em tele atendimento: Costa Rica, Colômbia, Chile e Estados Unidos.
4	Elaboração do Programa de Treinamento para profissionais do atendimento 196	Treinamento envolverá temas como epidemiologia, causas, complicações, diagnóstico e tratamento das doenças ou transtornos mentais; funcionamento da rede de atenção do SUS; abordagem do comportamento suicida; escuta ativa e passiva; acolhimento e orientação; e meios de encaminhar e monitorar os pacientes.	Enfermeiros, psicólogos, médicos, médicos residentes e psiquiatria e de saúde mental.	Nacional	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); Ouvidoria-geral SUS; Secretaria de Atenção Primária (SAPS)	A mensurar	Em definição	
5	Elaboração do Programa de Treinamento dos profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) em consulta psiquiátrica;	Orientar médicos que atuam na atenção primária com relação à abordagem de pacientes com transtornos psiquiátricos, para que tenham condições de prestar um primeiro atendimento de qualidade.	População em geral	Nacional	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); Secretaria de Atenção Primária (SAPS); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS)	A mensurar	Em definição	
6	Elaboração de treinamento de profissionais médicos e enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em atendimento de urgência a doentes psiquiátricos.	Capacitação para médicos e enfermeiros do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de todo o país com o objetivo de qualificar o atendimento e minimizar os efeitos da pandemia causada pelo coronavírus sobre a saúde mental da população brasileira.	População em geral	Nacional	Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES); SAMU-DF; Secretaria de Atenção Primária (SAPS)	A mensurar	jun/21	

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	MINISTÉRIO DA SAÚDE - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
7	Mentalize- sinal amarelo para atenção à saúde mental	Ações para oferecer informação, prevenção e diagnóstico precoce de doenças mentais oriundas da quarta onda, decorrente do trauma psíquico das mortes, medidas restritivas de convivência em sociedade e perdas econômicas, dentre outros, no contexto da COVID-19.	População em geral	Nacional	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS); e entidades representativas da sociedade, como a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).	R\$ 335.290,01	ago/20	O Ministério da Saúde disponibilizou ao público de maneira gratuita três eventos virtuais do programa "Mentalize: sinal amarelo para atenção à saúde mental" nos dias 25, 26 e 27 de agosto no canal do Youtube. Os encontros online reuniram especialistas para falar sobre temas que envolvem saúde mental com o foco na saúde da criança e do adolescente, dos trabalhadores e dos idosos. O objetivo é desmistificar e reduzir estigmas sobre doenças mentais.
8	Ações de Educomunicação em Saúde em Defesa da Vida para Enfrentamento da quarta onda da COVID-19	Ações para auxiliar no enfrentamento da chamada 4ª onda da COVID-19, causada pelas consequências trazidas pelas perdas humanas, isolamento social e crise econômica	População em geral	Nacional	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS); e entidades representativas da sociedade, como a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).	R\$ 1.176.320,00	Cursos disponíveis	Desenvolvidos dois cursos na modalidade de educação à distância – EAD e cartilhas informativas, disponíveis no canal da SGTES no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=Xwja6zoXMBQ&feature=youtu.be).

MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Plano de Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
Ação	Objetivo	Público Alvo/Beneficiário	Abrangência	Parceiros	Orçamento envolvido	Prazo de entrega	Observações
Protocolo de Intenções	Conjugação de esforços, em regime de mútua cooperação para difusão e implementação de ações de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas, em consonância com as Diretrizes da Campanha do Setembro Amarelo, sobre a Prevenção ao Suicídio, tendo em vista a interligação dos temas e convergência de objetivos, visando à promoção do bem-estar e à preservação da vida.	População em geral	Nacional	Associação Brasileira de Psiquiatria - APB e Conselho Federal de Medicina - CFM	Sem custo	Em execução.	Este protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes
Contrato com 481 Comunidades Terapêuticas	Conciste no tratamento de acolhidos que fazem o uso e abuso de substâncias psicoativas em regime residencial e transitório em Comunidades Terapêuticas são instituições que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA)	Pessoas que fazem uso e abuso de substâncias psicoativas	Nacional	Comunidades Terapêuticas	150 milhões	Em execução.	Contrato pode ser renovado a interesse da União por até 5x
Grupos de Mútua Ajuda e Apoio Faminiliar	Chamamento Público que selecionou entidades que atuam como grupos de apoio e mútua ajuda no atendimento a dependentes químicos e familiares afetados pelo uso de álcool e outras drogas	Familiares dos dependentes químicos e familiares afetados pelo uso de álcool e outras drogas	Organizações de municípios que participam do Programa Em frente Brasil	FEAE, Cruz Azul do Brasil, Federação dos Grupos de Auto Ajuda da Sobriedade, Obra Social Nossa Senhora da Glória Fazenda da Esperança	300 mil	Em execução.	Convênios pode ser renovado a interesse da União por até 5 anos

MINISTÉRIO DA CIDADANIA - Plano de Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio

Projeto Integra Brasil	Sensibilizar, promover e enfrentar às violações de direitos humanos, à educação em antidopagem e em valores do espírito esportivo, e a prevenção ao uso de álcool e outras drogas nos diversos espaços e ambientes esportivos e por intermédio do futebol. Webinar discute prevenção ao suicídio e automutilação entre jovens.	Jovens e atletas com problemas com álcool e/ou outras drogas	Nacional	MMFDH, Secretaria dos Esportes e Comunidades Terapêuticas	Sem custo	Em execução.	Acordo de Cooperação entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, a critério dos partícipes
Projeto Cuidar	Prevenção ao uso de álcool e outras drogas para os povos tradicionais	Povos tradicionais	Nacional	MMFDH e MC	Sem custo	Em implementação	Projeto piloto em Dourados/MS

OBS: OBS: O uso de álcool e outras drogas é a segunda causa que levam ao suicídio (II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas - LENAD). Nesse sentido, torna-se imperiosa a atuação governamental na formulação de políticas públicas de prevenção, cuidado, tratamento e reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso e abuso de substâncias psicoativas.

MDH - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
Ação	Objetivo	Público Alvo/Beneficiário	Abrangência	Parceiros	Orçamento envolvido	Prazo de entrega	Observações
TED com a Universidade Federal de Goiás para produção do curso EAD do Acolha a Vida	Desenvolvimento de cursos de ensino à distância na modalidade EAD, um aplicativo para android e 20 minutos de animações em vídeos para a formação de pais, profissionais e sociedade em geral nos municípios que aderirem aos Projetos-pilotos da SNF	Família	Nacional	AVAMEC (plataforma que será hospedada)	R\$ 22.307,70	dez/21	Ação com a Secretaria Nacional da Família
Termo de fomento com Instituto A Moda é Viver (Caracará-RR)	O objeto do presente Termo de Fomento é a execução de execução de ações de inclusão e interação social, através da musicalização e atividades esportivas, construindo um espaço para o convívio de crianças e adolescentes, em parceria com o Instituto a Moda é Viver no município de Caracará/RR, como forma de enfrentamento a problemática do suicídio, visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.	Família	Caracará/RR	INSTITUTO A MODA É VIVER	150.000,00	dez/21	Ação com a Secretaria Nacional da Família

MDH - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
Termo de Convênio entre com CBM/CE	O presente Convênio tem por objeto capacitar os agentes de segurança pública para a atuarem na identificação de sinais de adoecimento psíquico, na abordagem acolhedora baseada na escuta qualificada e no encaminhamento para os serviços da rede de saúde mental local, conforme detalhado no Plano de Trabalho.	Família	Ceará	Corpo de Bombeiros / CE	100.000,00	dez/21	Ação com a Secretaria Nacional da Família
ACT com Federação Brasileira de Terapias Cognitivas	O objeto do presente Acordo de Cooperação é a confecção de material informativo (cartilhas), e a produção vídeos complementares do Projeto Família Espaço de Saúde Mental, a ser executado em todo território nacional, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.	Família	Nacional	Federação Brasileira de Terapias Cognitivas	0	set/21	Ação com a Secretaria Nacional da Família
Campanha Solidarize-se	Fomentar a temática do acolhimento às pessoas idosas institucionalizadas abordando o tema "Abandono Afetivo" no âmbito do poder público, estados, municípios e Distrito Federal, destacando a necessidade de aprimoramento de políticas públicas na temática da Pessoa Idosa;	Idosos Institucionalizados	Nacional	Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa / Departamento de Políticas Temática dos Direitos da Pessoa Idosa / Coordenador-Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa	R\$ 0,00	Contínuo	Ação com a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. mais informações: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/dezembro/cartilha-alerta-sobre-direitos-dos-idosos-em-instituicoes-de-longa-permanencia

MDH - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
Credenciamento de psicólogos e psiquiatras para atendimento ao efetivo policial do DPRF	Expansão do projeto a outras regionais para oferecimento aos servidores atendimento e orientação em saúde mental. A meta é diminuir os afastamentos por doença mental, tanto em quantidade de afastamentos quanto em tempo de afastamento, e prevenir por completo os casos de suicídio. A forma de se alcançar seria na realização de triagem psicológica em todos os polícias uma vez ao ano e oferecer atendimento psicológico aos que demandarem. O fornecimento do atendimento seria feito pelo credenciamento de profissionais de saúde mental. Realizar relatórios semestrais dos custos dos profissionais contratados e da quantidade de afastamentos.	Policiais Rodoviários Federais	Nacional	Secretaria Nacional da Proteção Global / Polícia Rodoviária Federal / Ministério da Justiça e Segurança Pública / Dep. Major Fabiana	726.000,00	dez/21	Ação com a Secretaria Nacional da Proteção Global. Trata-se de prática já experimentada na regional de Santa Catarina, alinhada aos objetivos do Projeto Direitos Humanos e os sistemas de Segurança Pública, Socioeducativo e Penitenciário, ora sendo ampliada para atendimento às demais regionais.
Lançamento da 1ª Edição do Prêmio Nacional de Valorização da Vida	Lançar a 1ª Edição do Prêmio Nacional de Valorização da Vida, que visa reconhecer, incentivar e premiar, anualmente, experiências artístico-culturais na criação de projetos que privilegiem a temática da valorização da vida, como forma de abordar e sensibilizar a sociedade para as questões relacionadas a prevenção da automutilação e ao suicídio.	Músicos ou grupos musicais, pessoa física que não tenham destaque nacional e/ou internacional de brasileiros natos ou naturalizados, ou ainda de estrangeiros que residam no Brasil, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, e que estejam desenvolvendo atividades artístico-culturais / O público beneficiado é amplo, de crianças a idosos, famílias e profissionais que tenham interesse em músicas brasileiras que tenham conteúdo positivo e que promovam a valorização da vida.	Nacional	SNDCA, SNJ e Ministério do Turismo (Secretaria Especial da Cultura)	0	set/21	Ação com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria Especial da Cultura. A minuta de edital está em fase final de ajustes com a definição de critérios para a seleção de músicas pela equipe técnica envolvida. SEI 00135.206610/2020-41.

MDH - Ações do Comitê Gestor da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio							
Divulgação Curso Suicídio e Automutilação de Crianças e Adolescentes - ENDICA	Instrumentalizar os Atores do Sistema de Garantia de Direitos para melhor atuação no que diz respeito às medidas de prevenção de Suicídio e Automutilação na população infanto-juvenil em observância principalmente ao fortalecimento dos vínculos familiares e atuação conjunta da Rede de proteção da criança e do adolescente. Nesse sentido, fortalecera as ações de garantia de acesso a atenção psicossocial das pessoas em sofrimento agudo ou crônico; Abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio a fim de garantir assistência psicossocial.	Atores do Sistema de garantia de Direitos	Nacional	SNDCA / Todos os atores que compõem o Sistema De Garantia de Direitos	R\$ 93.000,00	dez/21	Ação com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. O curso ficará disponível na plataforma da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente -ENDICA
Webnário: Setembro Amarelo	Realização de encontros on-line, ao vivo, nas redes sociais do MMFDH, durante a semana os dias 20 a 30 de setembro, com a participação do Secretário Maurício Cunha (SNDCA), a Secretária Emilly Rayanne Coelho Silva (SNJ), a Secretária Angela Vidal Gandra da Silva Martins (SNF) e convidados para falar das iniciativas conjuntas e de destaque nacional no âmbito do Setembro Amarelo.	Público em geral, educadores da rede pública e privada de ensino, profissionais dos conselhos tutelares, organizações da sociedade civil.	Nacional	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretaria Nacional da Família, Secretaria Nacional da Juventude	0.00	set/21	Ação com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Secretaria Nacional da Juventude e Secretaria Nacional da Família. A programação será fechada até o dia 20 de agosto. Uso das plataformas do MMFDH e recursos de acessibilidade.